

Visão da semana: o debate sobre dívida externa

A semana econômica esteve fortemente marcada pela discussão a respeito da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, mais precisamente dos latino-americanos. A origem do debate foi o documento conjunto assinado por Brasil, Argentina, México e Colômbia, com o intuito de exercer nova forma de pressão sobre os credores e lograr condições mais favoráveis de escalonamento. Numa perspectiva mais ampla, pode-se considerar que os devedores julgam ter cumprido satisfatoriamente as exigências da chamada fase de ajustamento, passando a merecer, portanto, uma reconsideração sobre as modalidades que vigorarão daqui por diante.

Vale a pena ressaltar que essa preocupação não é unilateral, ou seja, os credores já vêm manifestando suas preocupações com a incerteza reinante no mercado financeiro internacional em função do elevado volume de endividamento. Não que tenham chegado a um consenso, longe disso, mas a aparente inflexibilidade de outrora parece ceder espaço à realidade dos fatos. Com a permanência das taxas de juros norte-americanas em níveis bastante elevados, o serviço da dívida continua pesando sobremaneira e exige sacrifícios cada vez mais difíceis de ser cumpridos.

A redação do documento conjunto tem a virtude de afastar, pelo menos temporariamente, a ameaça de formação de um cartel de devedores, cuja inviabilidade é conhecida. No entanto, isso não descarta a tentativa de criação de novos mecanismos de pressão, os quais não se atêm à esfera estritamente econômica, estendendo-se igualmente ao lado político da renegociação.

Faz-se necessário verificar concretamente quais são as reais condições que devem ser preenchidas — de ambos os lados — para que seja possível alcançar uma solução satisfatória. Do lado dos credores, os respectivos governos teriam de desenvolver formas específicas de apoio às instituições financeiras, algo que demanda tempo e envolve interesses nem sempre compatíveis entre si.

Quanto aos devedores, se realizaram efetivamente parte significativa das metas impostas pelo ajustamento, resta-lhes — como é o caso do Brasil, devido à inflação — ainda consolidar suas economias em uma perspectiva de crescimento que vá além dos poucos sinais de recuperação demonstrados até agora. No todo, trata-se de uma problemática inédita no cenário internacional, cujo encaminhamento reserva ainda desdobramentos não ortodoxos.

No plano interno, novo e triste destaque para as sociedades de crédito imobiliário, setor no qual se têm acumulado sucessivas quebras de empresas de porte não desprezível. Na opinião de técnicos ligados à área oficial, as intervenções na Haspa e na Letra constituem o ponto final de um processo de saneamento desse segmento do mercado.

Vale a pena lembrar que o custo com o qual arca a sociedade nessas circunstâncias é provavelmente bem mais elevado do que poderia ser, caso as autoridades demonstrassem maior preocupação quanto à fiscalização e à concessão da autorização de operar. Mais uma vez, a tranca foi colocada depois de a casa ter sido arrombada...

Na área agrícola, os pecuaristas voltaram a manifestar-se contra as importações de carne que o governo pretende concretizar, alegando que o setor sofrerá novos desestímulos justamente no momento em que procura recompor seu rebanho e sua rentabilidade. Do lado do café, perspectivas favoráveis vão sendo confirmadas para as cotações no mercado externo, embora ainda parem algumas dúvidas sobre a consistência dos fundamentos dessa alta. Quanto à soja, o governo promoveu nova intervenção na exportações, tornando ainda mais confuso o quadro deste ano e evidenciando que encontra grandes dificuldades para assegurar o abastecimento interno em face da valorização dos preços no Exterior.